

País privatizou 100 estatais em dez anos

Auge das privatizações ocorreu no governo Fernando Henrique Cardoso, mas o processo continuou no governo Lula, aponta estudo

Fernando Dantas / RIO

A privatização representou, no Brasil, uma inflexão da tendência de forte participação do Estado na economia, cimentada nas décadas de 40 e 50 com a criação da CSN, da Vale do Rio Doce, da Chesf e da Petrobrás, entre outras empresas. Desde 1981, quando foi estabelecida no governo de João Figueiredo uma comissão especial de privatização, a ideia de reduzir a participação do Estado na atividade produtiva faz parte do cardápio do governo federal no Brasil.

Mesmo no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, que se define como antiprivatista, houve desestatizações como as dos bancos estaduais do Maranhão e do Ceará, além da concessão à gestão privada de 2.600 quilômetros de rodovias federais – considerada por alguns como uma forma de privatização.

O auge da privatização, sem dúvida, ocorreu no governo de Fernando Henrique Cardoso, quando foi passado para as mãos

privadas o controle de empresas do porte do Banespa, da Vale e do sistema Telebrás. Porém, mesmo no governo de Itamar Franco, que era pouco simpático à privatização, houve vendas importantes e simbólicas, como as da CSN, pioneira da industrialização do Brasil, e da Embraer, até hoje símbolo de sucesso em alta tecnologia no País.

Segundo trabalho de Roberto Macedo e outros economistas, de 2005, o Brasil transferiu para o setor privado, entre 1991 e 2001, mais de 100 empresas estatais, além de diversas participações minoritárias. A privatização nesse período rendeu ao governo o equivalente a US\$ 68 bilhões, além de US\$ 18 bilhões em dívidas transferidas aos novos donos. Além disso, houve vendas de ações de empresas que permaneceram estatais no valor de US\$ 6 bilhões, um total de US\$ 10 bilhões em concessões de serviço público, e US\$ 1,1 bilhão de venda de participações do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em empresas privadas.

Diversas foram as razões usadas para justificar a privatização, ao longo de sucessivos governos. Uma das principais era a de tirar dos ombros do Estado uma enorme penca de empresas deficitárias e mal geridas, não só para que o setor privado supostamente as tornasse mais eficientes, mas também para permitir ao governo concentrar-se em atividades típicas do setor público como saúde, educação e segurança. Algumas das empresas privatizadas, porém, eram eficientes, admiradas e estavam em boa forma quando foram vendidas – o melhor exemplo é a Vale.

O estudo de Macedo, do qual também participaram Francisco Anuatti, Milton Barossi e Antonio de Carvalho, analisou todas as empresas privatizadas desde 1991, para as quais foi possível encontrar demonstrações financeiras. A conclusão foi de que houve um generalizado aumento de lucratividade e de eficiência operacional nas empresas privatizadas.

Segundo o trabalho, “a perda de suporte financeiro do Estado

também implica um ajuste financeiro por meio do aumento da liquidez corrente e redução do endividamento de longo prazo”. Já os efeitos sobre investimento, produção e pagamento de dividendos e impostos foram “menos evidentes”.

Em 2006, o economista-chefe do Santander, Alexandre Schwartzman, fez um estudo que mostrava a importância fiscal do processo de privatização. Segundo suas estimativas, naquela época a relação entre a dívida pública e o PIB, que estava em 50,1% do PIB (hoje é de 41,4%), seria 9,6 pontos percentuais maior, atingindo quase 60%.

No trabalho, o economista frisou que o impacto poderia ser até maior, porque ele não levou em conta que a privatização pode ter contribuído para baixar as taxas de juros brasileiras. Hoje, Schwartzman ressalva que o cálculo teria de ser atualizado, por causa de mudanças posteriores na metodologia do PIB.

Os críticos da privatização acusam os governos que a praticaram – principalmente o de Fernando Henrique Cardoso – de ter liquidado patrimônio público em troca de muito pouco retorno. A Vale, cujo controle foi vendido em 1997 por US\$ 3,14 bilhões, hoje tem um valor de mercado em torno de US\$ 160 bilhões. Os antiprivatistas também apontam escândalos, como o que envolveu a privatização da Telebrás, enquanto os defensores dizem que foi apenas uma tentativa de aumentar o preço das teles.

OS GOVERNOS E AS PRIVATIZAÇÕES

● Sarney

Caraiíba Metais (1988) e Usiba (1989)

● Collor

Usiminas (1991) e Fostétil (1992)

● Itamar Franco

CSN (1993), Açominas (1993) e Embraer (1994)

● FHC

Light (1996), Vale (1997), Telebrás (1998) e Banespa (2000)

● Lula

Banco do Estado do Maranhão (2004) e do Ceará (2005)

Privatização é impopular

Apesar de todos os efeitos benéficos atribuídos às privatizações, elas tornaram-se impopulares. Em 2007, uma pesquisa do Instituto Apos, encomendada pelo

Estado, mostrou que 62% dos brasileiros eram contra a privatização de serviços públicos, e apenas 25% a aprovavam.

A aprovação era ruim mesmo na telefonia, apesar do enorme salto de investimentos e de acesso a linhas fixas e a celulares depois da privatização em 1998.

O economista Armando Caste-

lar, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), atribui a impopularidade das privatizações à incapacidade dos tucanos de mostrar à população os benefícios. Para ele, as empresas privatizadas aumentaram os investimentos, inclusive em áreas de infraestrutura, como telefonia, eletricidade, rodovias e ferrovias: “Nas estra-

das com concessão, paga-se pedágio mas se morre muito menos”.

Ele diz que o nível de emprego nas privatizadas, depois de queda inicial, é hoje bem maior; que elas pagam mais impostos e, por serem mais pressionadas pela sociedade, comportam-se melhor em termos ambientais. /F.D.